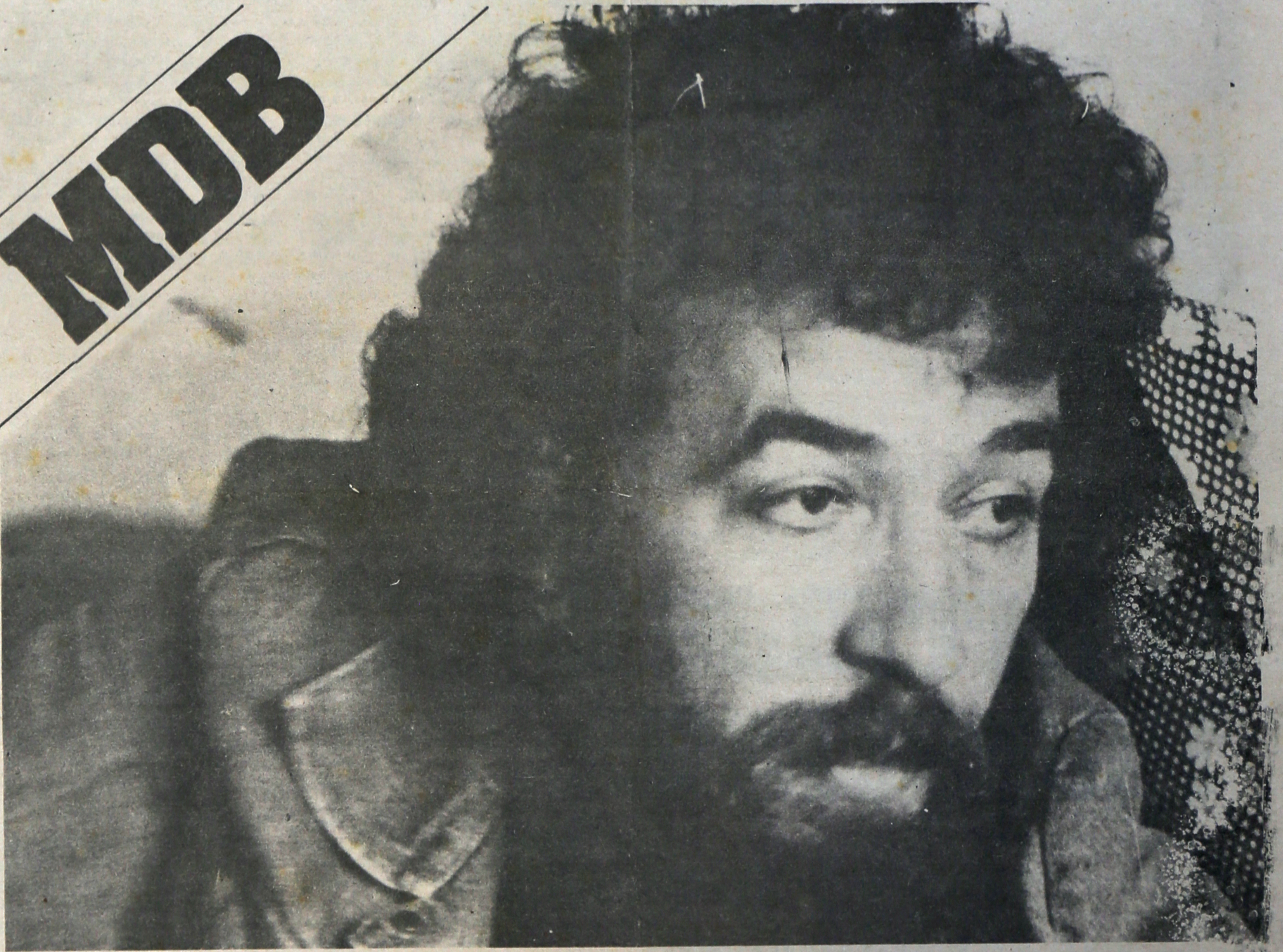


Voto Livre

**PARA DEPUTADO
ESTADUAL
FERNANDO MORAIS
MDB Nº 1473**

Comitê Eleitoral da candidatura Fernando Morais — Boletim informativo n.º 1 (Rua Arthur de Azevedo, 2124-A - Fone 813-9520 - Pinheiros - SP)

MDB



FERNANDO MORAIS:

**“ANISTIA
PARA A CIÊNCIA!”**

ANISTIA PARA A CIÊNCIA!

A ciência, para atingir as fronteiras do conhecimento (tema geral da 30.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), necessita de liberdade. E se a ciência necessita da liberdade para sua plena realização, ela não pode conviver com o arbítrio.

O regime democrático e popular pelo qual lutamos será uma ficção se não for possível libertar a ciência das peias do poder. Nossas universidades não serão livres, democráticas, se nelas não se reintegrarem todos aqueles que foram compulsoriamente afastados de suas atividades por força da prepotência e do arbítrio — enfim, do obscurantismo cultural. A consciência viva e democrática da Nação exige que à Universidade seja devolvida parte preciosa do patrimônio cultural de nosso povo: Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Mario Schemberg, Paulo Duarte, o saudoso Anísio Teixeira e tantos outros — todos, no passado ou no presente, sempre comprometidos com a luta por nossa emancipação e pela formação de um pensamento vivo, crítico, capaz de apontar os caminhos para a superação do subdesenvolvimento. E por isso mesmo aliados

dos centros de cultura, há dez anos, por mais um ato de violência do regime.

Não haverá democracia no país sem que o obscurantismo seja definitivamente sepultado e os erros do passado corrigidos pelas conquistas democráticas do presente.

Entre aquelas aposentadorias e o presente; entre a subordinação do pensamento à força e a atual etapa da luta democrática, nossa história tem sido marcada por inúmeros episódios de perseguição à inteligência. Primeiro foi a evasão de cérebros para o exterior, a evidenciar que em nosso país a cultura foi considerada pelos poderosos como inimiga do Estado; depois, este mesmo Estado tentou moldar a Universidade à sua imagem e semelhança — as representações estudantis foram sufocadas; a triagem ideológica aniquilou a possibilidade de crítica e trouxe aos centros de ensino e pesquisa a paz dos cemitérios. O corte de verbas para o ensino superior deixou clara a opção oficial pela

dependência tecnológica externa (complemento para sua política econômica anti-popular e a serviço das grandes corporações internacionais) em detrimento da criação de soluções tecnológicas voltadas para nossas reais necessidades. A alienação patrocinada pelo Estado passou a ocupar o lugar do pensamento crítico.

No ano passado, quando o governo procurou sabotar a realização da 29.^a Reunião da SBPC, ficou patente que do atual regime nada mais se pode esperar senão a permanente marginalização e perseguição da ciência. Por outro lado, a realização da Reunião, apesar do boicote oficial, mostrou que é chegado o momento de se dizer um basta. Daquela data até hoje, foi criada a UEE-SP, se fortaleceram as associações de docentes (ADUSP, ADUNESP e ADUCAMP) e os cientistas voltam a falar por sua própria voz. E todos exigem a anistia para a ciência: liberdade de ensinar e de aprender, condições dignas de trabalho e reconhecimento da crítica como elemento central da criação científica.

Nossa luta por um regime democrático e popular inclui, pois, a libertação da ciência da tutela do regime. Esta tutela só terminará quando efetivamente houver liberdade de organização e expressão para todos, quando acabarem as perseguições políticas e a autonomia universitária for restaurada; quando a política científica

de ensino e de pesquisa for definida pela comunidade acadêmica e não nos gabinetes ministeriais; quando os exilados e banidos forem anistiados e os cientistas atingidos pelos atos de exceção reintegrados plenamente em suas antigas funções.

Por isso, ao completar seus 30 anos de existência, a SBPC vive um momento pleno de significação histórica não só para seus integrantes mas para todas as forças democráticas e populares em luta contra o regime. A sociedade está em vias de se emancipar politicamente através da mobilização e da organização de todas suas forças vivas na luta pelas liberdades democráticas. Ao participarem desta luta maior, os cientistas não só estão recriando as condições para o exercício da crítica que fecunda toda atividade de ensino e pesquisa, mas, também, ajudando a sepultar definitivamente aquela que foi, para todo o povo, uma época de opressão e obscurantismo cultural.

A INTELIGÊNCIA PROSCRITA

No momento em que as forças democráticas do país unem-se na luta comum por uma anistia ampla e irrestrita a todos os brasileiros perseguidos, presos, torturados e condenados por suas idéias políticas, a realização da 30.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem como um de seus iniludíveis temas de debate um dos muitos crimes cometidos pelo regime contra a comunidade científica nacional: as perseguições, os expurgos e as aposentadorias compulsórias de várias centenas de professores em todo o país, num processo discricionário e violento iniciado logo após o movimento militar de 31 de março de 1964.

Muitos não resistiram à voragem do arbítrio e hoje dão sua contribuição à Ciência em centros de estudos internacionais regidos pela inteligência, e não pela força.

Outros aqui ficaram, banidos de sua própria comunidade, exilados em seu próprio país, sem conseguir saber sequer de que são acusados. E, o que é mais absurdo, privados de um dos mais elementares direitos do homem: o direito ao trabalho. A aposentadoria compulsória não foi a mais draconiana das medidas de exceção impostas, entre outros, a cientistas como Mario Schemberg, Florestan Fernandes, José Leite Lopes, Luis Hildebrando Pereira da Silva e ao saudoso Anísio Teixeira, idealizador, junto com Darcy Ribeiro, outro punido, da Universidade de Brasília. O Ato Complementar n.º 77, editado em outubro de 1969 pela junta militar que sucedeu ao marechal Costa e Silva, virtualmente proibiu que os atingidos pela legislação excepcional exerçam livremente sua profissão. Segundo aquele Ato, os punidos não podem trabalhar em estabelecimentos públicos ou privados que de qualquer maneira recebam algum tipo de subsídio governamental.

“É o documento mais vergonhoso, em matéria cultural, de que se tem notícia no Século XX”, diz o professor Mario

Schemberg, de 62 anos, ex-catedrático do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, aposentado compulsoriamente em abril de 1969. “Os desdobramentos eram claros”, diz ele, referindo-se ao AC-77. “No Brasil, praticamente todas as escolas recebem dinheiro do governo. Assim, não teríamos mais condições de trabalhar no país, já que na arrasadora maioria dos casos era impossível viver só da aposentadoria.” Assim, os professores mais jovens tiveram sua própria sobrevivência básica ameaçada. “A aposentadoria compulsória trouxe consigo uma irregularidade nunca esclarecida”, lembra Schemberg. “A remuneração era relativa ao tempo de serviço, o que é ilegal, pois se o governo aposenta um funcionário é obrigado a lhe pagar o salário total.” Com isso, muitos tiveram que abandonar o país, pois nem mesmo a iniciativa privada

poderia empregá-los, já que também sofriram pressões do governo. Schemberg lembra especialmente o caso de uma professora, bióloga do Instituto Butantã, aposentada compulsoriamente. Um laboratório particular de análises clínicas pretendia empregá-la mas acabou desistindo, diante das pressões da repressão. “Analisar a urina dos outros representa algum risco para a segurança nacional?”, pergunta Schemberg.

Muitas vezes, porém, o regime foi além das pressões. Houve casos dramáticos como o da professora Maria Nilde Mascellani, aposentada por decreto, em novembro de 1970. Presa sob vagas acusações de atividades subversivas, foi barbaramente torturada até ficar cega de um olho. E era absolutamente inocente. Em junho do ano passado, Maria Nilde foi absolvida pela Justiça Militar — mas até hoje não recebe sua aposentadoria, em consequência de um misterioso bloqueio de seus pagamentos.



Cardoso: aposentado; por que?

A prepotência e a auto-suficiência do regime, respaldado por um manancial de leis de exceção, dispensaram-no até mesmo de preocupar-se com acusações formais para punir seus desafetos. Aposentado compulsoriamente em abril de 1969, o jornalista e professor Paulo Duarte, de 78 anos, jamais conseguiu saber o motivo da punição que o afastou da direção do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo. Seu advogado percorreu tribunais, órgãos policiais e militares, em Brasília e no Rio de Janeiro, e não encontrou nenhum processo, nenhum documento que pudesse revelar as razões que levaram o governo a puni-lo. "O único documento que existe sobre meu afastamento é um comunicado publicado pelo Diário Oficial da União, no qual o meu nome foi incluído clandestinamente", diz Paulo Duarte.

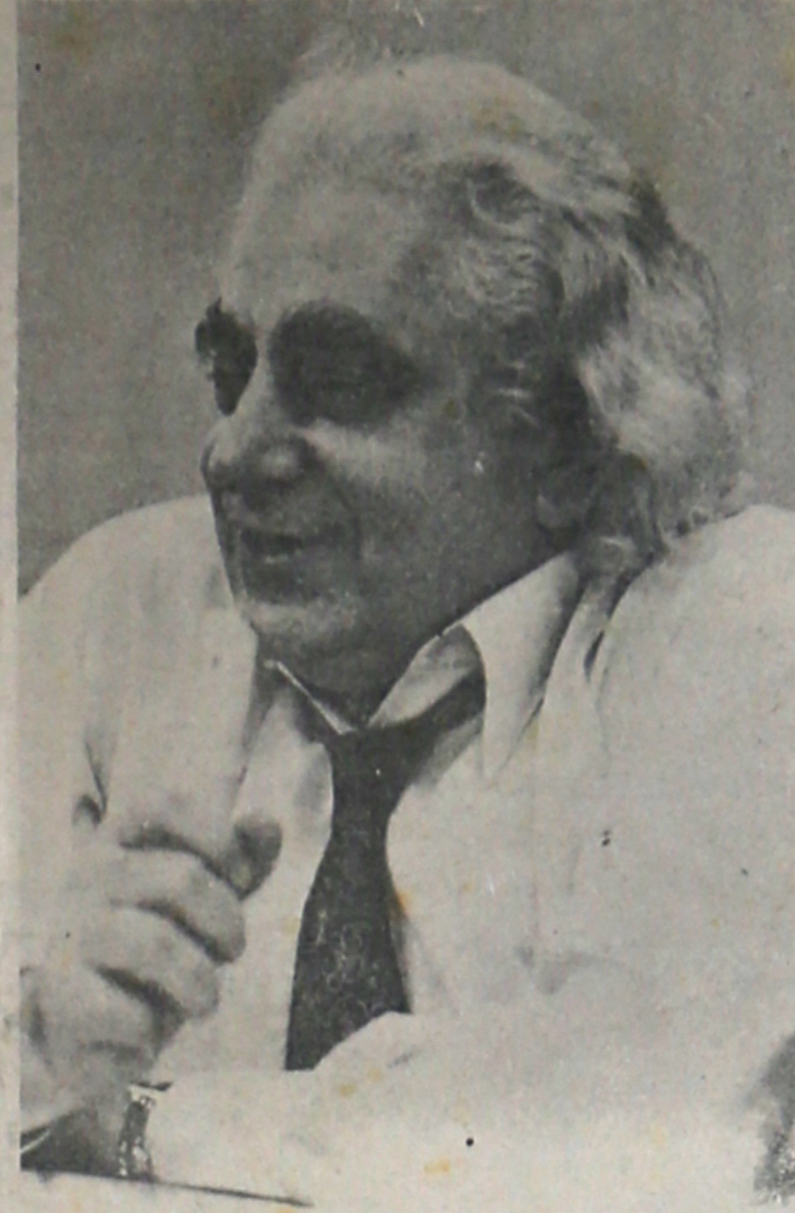
"Nas piores ditaduras que o mundo conheceu até agora", afirma Mario Schemberg, "os punidos sempre souberam de que eram acusados. Aqui, não. Nenhuma explicação foi dada. Isso torna a defesa impossível. Se você não sabe do que é acusado, como se defender e apresentar algum recurso?" É o caso, por exemplo, do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, também aposentado em abril de 1969 sem saber porque. Depois de passar cinco anos no Chile e na França, Cardoso regressou ao Brasil em 1968 e prestou concurso de cátedra em Ciência Política. Em abril de 1969, quando regressava para casa, ouviu pela Voz do Brasil a lista de aposentados com o seu nome entre eles. "Estive cinco anos fora", diz ele. "Estavam me acusando de quê? Mas o meu caso e o de outros não são os piores. Não há anistia que corrija o que ocorreu com centenas de pessoas que não tinham uma situação boa, de catedrático, de livre-docente." De fato, muitos desses professores tiveram seus contratos cancelados, não puderam ser readmitidos em outras escolas e foram obrigados a sair do país, para poderem sobreviver.



Paulo Duarte: sem processo

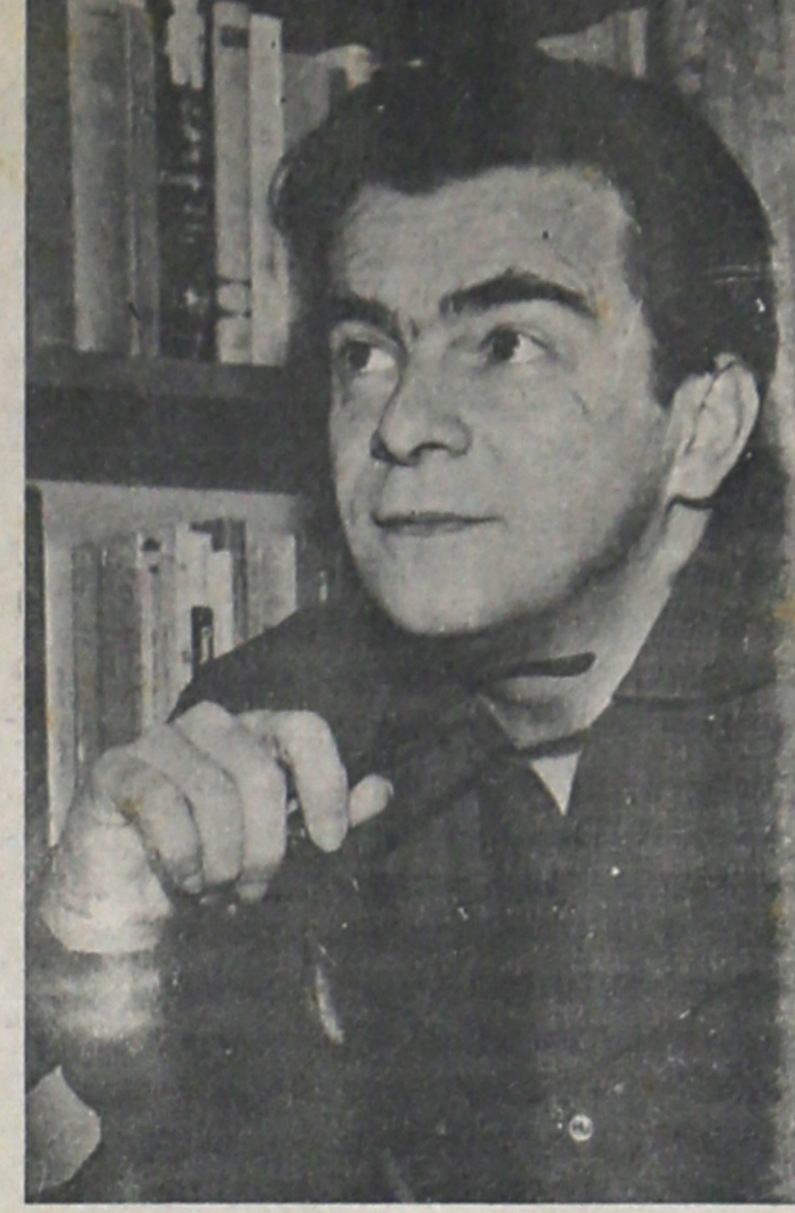
Há outro aspecto, ainda, que segundo o Cardoso deve ser considerado: "A resistência na universidade não foi grande. No Itamaraty, por exemplo, onde houve menos punições, a resistência foi maior." Realmente, houve uma caça às bruxas desenfreada nas universidades. O reitor da USP, o truculento Luis Antonio de Gama e Silva, era ministro da Justiça; interessava a muitos professores comandar um expurgo ideológico em determinados setores universitários onde sobressaía-se um espírito de luta mais nítido, onde surgiam algumas lideranças importantes. Um coronel, responsável pela prisão de um professor cassado, reconheceu isso claramente. "Quem levou os militares para dentro da Faculdade de Filosofia da USP foram os próprios professores", disse ele. "Houve um processo cujos responsáveis eram três professores da Universidade", lembra Fernando Henrique Cardoso, "e esses professores pediam mais cassações do que as feitas pelos militares." Tais prepostos do regime defendiam, inclusive, uma ampla sindicância interna na Universidade. "O processo ativo dentro da instituição não foi apenas uma intervenção militar", diz Cardoso. "Havia uma direita ativa que promovia uma caça às bruxas. Felizmente, muitos professores dignos resistiram e enfrentaram o período mais negro, de medo generalizado, que prejudicou a formação de algumas gerações, especialmente entre 1969 e 1974."

Como corrigir tais injustiças? Como reintegrar estes cientistas à comunidade nacional e resistir às listas secretas que ainda circulam por nossas instituições de ensino e pesquisa, com talvez milhares de nomes considerados "indesejáveis"? O país não pode mais assistir a atos de



Mario Schemberg: "Uma vergonha!"

obscurantismo desenfreado como a expulsão, em 1970, de dez renomados cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, que foram aposentados compulsoriamente e tiveram seus direitos políticos cassados. Com mais essa agressão à inteligência, o governo do general Garrastazu Médici interrompeu trabalhos importantíssimos que estavam se desenvolvendo nos campos da Biologia, da Entomologia e da Química. Os cientistas — Herman Lent, Fernando Braga Ubatuba, Haity Moussatché, Hugo de Souza Lopes, Augusto Cid Melo Perissé, Sebastião José de Oliveira, Moacir Vaz de Andrade, Tito de Arcoverde Cavalcante, Masao Goto e Domingos Machado Filho — desenvolviam avançadas pesquisas sobre a doença de Chagas, malária, química de insetos, entorpecentes etc. Alguns desses homens tinham centenas de trabalhos publi-



Darcy Ribeiro: da UnB à punição

cados e mais de 25 anos de serviços à ciência e foram violentamente afastados de seu trabalho. E por que? Por um ato de vingança pessoal do poderoso do dia, o ministro da Saúde, Rocha Lagoa. Nesse aspecto, é esclarecedor um depoimento do ex-ministro Leonel Miranda, que quando no posto pretendia nomear o sr. Rocha Lagoa para o Instituto Oswaldo Cruz. Este disse que só aceitava se fossem demitidos alguns cientistas que ele considerava subversivos. "Onde estão as provas?", perguntou Miranda. "Ah, os IPMs os absolveram porque os cientistas são muito inteligentes e conseguiram ludibriar a boa fé dos militares", respondeu Rocha Lagoa.

Nos últimos anos, a história da Ciência brasileira está pontilhada por fatos como este. É preciso denunciá-los e, mais do que isso, iniciar uma campanha nas universidades e centros de pesquisa no sentido de que os crimes cometidos contra esses cientistas sejam ao menos reparados. Que eles sejam reintegrados ao trabalho livre e com o pleno gozo de seus direitos políticos. É necessária, também, a anistia para a Ciência. Já.

ESTE É O AC-77: UMA ABERRAÇÃO!

Íntegra do Ato Complementar n.º 77: "Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições, que lhes confere o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 9.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista o artigo 3.º do Ato Institucional n.º 10, de 16 de maio de 1969, resolvem baixar o seguinte Ato Complementar:

Art.1.º — Todos aqueles que, como professor, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público, incorreram ou venham a incorrer em faltas que resultaram ou venham resultar em sanções com fundamentos em Atos Institucionais, ficam proibidos de exercer, a qualquer

título, cargo, função, emprego ou atividade, em estabelecimentos de ensino e em fundações criadas ou subvencionadas pelos poderes públicos, tanto da União, como dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, bem como em instituições de ensino ou pesquisa e organizações de interesse da segurança nacional.

Art.2.º — Ficam nulos, de pleno direito, os atos praticados em desacordo com as disposições do presente Ato Complementar.

Art.3.º — Este Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário."

UMA CANDIDATURA DEMOCRÁTICA

Pontos programáticos *

Luta contra o regime do grande capital monopolista

O que significa conscientizar e mobilizar as forças da democratização não só contra a forma militar do atual regime, mas também para a recusa prática de toda solução jurídica à atual crise que, através de "reformas liberalizantes", deixe intactos os fundamentos do regime a serviço do grande capital monopolista, tanto no campo da política como da economia, bem como a revogação de toda a legislação de exceção.

Luta pela conquista e consolidação das liberdades democráticas, em especial as liberdades fundamentais para as classes trabalhadoras.

Reconhecendo-se que as classes trabalhadoras são aquelas que, na luta, levam até as últimas consequências as reivindicações democráticas, é na conquista de seus direitos e liberdade — particularmente o direito de greve e de livre organização e expressão em todos os níveis — que residem as garantias dos direitos e liberdade dos demais setores sociais em contradição com o regime do grande capital.

Portanto, a luta pela anistia, pela livre organização estudantil, pela liberdade de imprensa e informação e todo o conjunto de bandeiras que aglutinam a oposição democrática, para serem conseqüentes e se consolidarem como conquistas práticas, necessitam estar fundamentadas na luta de todos os setores pelas liberdades das classes trabalhadoras.

Luta pelo respeito aos direitos humanos e pela volta das Forças Armadas a seu papel constitucional; pela revogação de toda legislação que propicia a perseguição política e a impunidade dos perseguidores.

Para que a luta pelas liberdades democráticas possa se desenvolver, é necessário pôr fim a todas as formas de coação, tortura, perseguição política e prisões por motivos políticos. Estas formas de repressão, que constituem violações aos mais elementares direitos da pessoa humana, estão respaldadas não só em toda uma legislação excepcional que garante a primazia dos direitos da polícia e de órgãos das Forças Armadas sobre os direitos do cidadão, como também tem por fundamento ideológico a doutrina antidemocrática de que parcelas da população constituem "inimigos internos" do Estado. A reformulação dessa doutrina e a desativação daqueles órgãos de repressão que constituem seu desdobramento prático significam a democratização das Forças Armadas e das forças policiais — com o retorno ao papel constitucional que lhes reservam os regimes democráticos, que é a defesa da soberania nacional e, no plano interno, a defesa da ordem constitucional e das liberdades públicas e privadas.

Luta pela melhoria das condições de vida da população

O que significa, nas lutas concretas pelas liberdades democráticas, a incorporação das lutas de cunho reivindicatório que visem, em todos os sentidos, pressionar o Estado para que direcione suas políticas setoriais para a satisfação das necessidades básicas de todo o povo: salários dignos, atendimento de saúde, melhoria dos transportes de massa, política habitacional voltada para as necessidades dos

setores de baixa renda, educação gratuita para todos e em todos os níveis, uma política de uso do solo urbano que ponha fim à especulação imobiliária etc.

Luta por uma reforma agrária democrática

São os trabalhadores do campo as grandes vítimas de uma estrutura agrária latifundiária que os priva do principal meio de produção. Garantir-lhes o direito à livre associação, propiciar a extensão da legislação trabalhista a todos os trabalhadores do campo e, principalmente, seu acesso à terra segundo princípio de "terra a quem nela trabalha" são objetivos centrais de uma reforma agrária democrática que vise a emancipação política e econômica do homem do campo.

Luta por eleições livres e diretas em todos os níveis

Num clima de liberdade de organização e manifestação é fundamental que se recupere o princípio da representação política como fundamento da sociedade democrática. As eleições indiretas correspondem à necessidade do grande capital de centralizar o poder político na esfera de seus representantes diretos. Tal luta implica, pois, a revogação do "Pacote de Abril", da Lei Falcão e de todos os dispositivos que impedem a representação popular nos cargos executivos.

Luta pela constituição de um governo de transição

A organização popular, um processo longo e contínuo, não se faz da noite para o dia. Necessita-se de um período em que sejam abolidos os entraves à livre organização e manifestação, todas as correntes ideológicas e políticas que se abrigam no seio de nosso povo possam se estruturar, sob a forma de partidos, para disputar a condução dos negócios do Estado em pleito democrático — através do sufrágio universal, direto e secreto de todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive os analfabetos.

Portanto, deve-se lutar pela constituição de um governo de transição como alternativa às "reformas" do regime, que desde já carecem de legitimidade, pois não serão feitas segundo a livre manifestação da vontade popular.

Pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana

Após um período de transição em que o governo deve garantir as mais amplas e irrestritas liberdades públicas e privadas quando a população estiver organizada em partidos e entidades representativas de suas mais diversas tendências democráticas, a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte deverá dotar o Estado de nova forma jurídica, consolidando as conquistas populares na luta contra o regime do grande capital monopolista, instaurando-se através da Constituinte um regime de plena democracia, garantida pela mobilização e organização das classes trabalhadoras e ampliando o terreno político em que se darão suas futuras conquistas.

**(Extraído do anteprojeto de cartograma preparado pelo comitê eleitoral da candidatura de Fernando Moraes.)*



O JORNALISTA, O ESCRITOR: O CANDIDATO

Fernando Gomes de Moraes, 32 anos, atual vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, começou a profissão aos 14 anos, como repórter de uma revista de empresa, em Belo Horizonte. Ainda na capital mineira, trabalhou como repórter-estagiário na TV Belo Horizonte e no Diário de Minas.

Em 1966, mudou-se para São Paulo, onde, depois de trabalhar como repórter do jornal A Gazeta, incorporou-se à equipe do recém-fundado Jornal da Tarde. No JT, Fernando foi sucessivamente repórter, redator, subeditor e repórter especial. Neste período, de 1966 a 1974, Fernando Moraes foi também redator da Folha de São Paulo, chefe de reportagem da TV Cultura de São Paulo, canal 2, e colaborador do jornal Opinião, das revistas Status e Homem e editor das revistas Bondinho e Ex.

Em 1974, deixou o Jornal da Tarde, sendo convidado a trabalhar como repórter na revista Visão, onde, meses depois, passou a editor da seção cultural. Ao sair de Visão, ajudou a montar, como editor, os primeiros números do jornal Aqui São Paulo. De 1976 a 1978, foi editor-assistente da revista Veja, de onde saiu para trabalhar como repórter da revista Repórter Três. Atualmente, além de ser repórter especial da revista Status, Fernando Moraes é colaborador dos jornais Movimento, Amanhã, Versus e Leia Livros. Reportagens de sua autoria foram publicadas nas revistas Le Nouvel Observateur (França),

Atlas Report e Penthouse (Estados Unidos), Panorama (Itália), Cambio 16 (Espanha) e Der Spiegel (Alemanha).

Em 1970, com a série de reportagens Transamazônica, recebeu o "Prêmio Éssô de Reportagem", e, em 1977, ganhou o "Prêmio Abril de Jornalismo" como membro de uma equipe que fez a cobertura das eleições municipais de 1976. Dois de seus livros, Transamazônica (1970, Editora Brasiliense) e A Ilha (1976, Alfa Omega), transformaram-se em "best-sellers" nacionais. Este último, uma reportagem sobre Cuba, está atualmente na 14.ª edição, tendo vendido mais de 60 mil exemplares. A Ilha foi editado também no México, Espanha, Venezuela e Argentina (La Isla, Editorial Nueva Imagen), Estados Unidos (The Island, Latin American Associates) e Alemanha (Dans Insel, Peter-Hammer Verlag).

Em 1975, durante a 28.ª Reunião Anual da SBPC, em Brasília, Fernando Moraes publicou na revista Veja, através de entrevistas com os mais expressivos cientistas brasileiros, um amplo painel de denúncia da opressão do regime contra a universidade brasileira e a liberdade de pesquisa. Fernando Moraes foi, também, o primeiro jornalista brasileiro a entrevistar o presidente de Cuba, Fidel Castro, após o rompimento de relações entre Cuba e Brasil, em 1964.